

# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VI - Nº 40 - JULHO/AGOSTO DE 2017

## *Duas décadas de perseguição*

*Professor Urildo Alcântara relembra a repressão da ditadura na universidade*

Página 16



Fábio Alves

## MPT autua UFG por irregularidades

Fábio Alves



Equipamentos da EVZ tinham falhas de proteção

Universidade teve 20 dias para se adequar

Páginas 12 e 13

### ELEIÇÕES REITORIA

*Edward e Sandramara são escolhidos pela comunidade com 3.623 votos.*

Páginas 8 e 9

### PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

*Proifes divulga pesquisa sobre financiamento público do Fies e Prouni*

Página 10

### EDITORIAL

### Protestos em vão

Debates, campanhas e protestos não foram o bastante para barrar a Reforma Trabalhista, que foi aprovada pelo Senado Federal em 14 de julho. As mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) atingem os brasileiros em diversos níveis. Mas a participação dos sindicatos em negociações coletivas é obrigatória.

As reformas são propostas do governo Temer que deixam os trabalhadores mais vulneráveis. Contudo, desde o governo Dilma, a vulnerabilidade da educação é preocupante por meio de programas

que permitem a mercantilização do ensino. Fies e Prouni recebem dinheiro público, mas as instituições não são obrigadas a dar contrapartidas. O lucro das empresas tem aumentado cada vez mais e sequer existem parâmetros que cobrem a oferta de ensino de qualidade.

Na UFG, o professor Edward foi o mais votado na consulta à comunidade. A universidade enfrenta uma crise emocional com a morte do estudante Lucas Mariano, da EVZ, e o MPT exige adequações nos equipamentos e no ambiente da Escola.

# Adufg SINDICATO prestação de contas

## Abril de 2017

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	303.936,08
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	2.317,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.760,00
1.4	Receitas Financeiras	8.443,74
1.5	Outras Receitas	4.278,66
1.6	Resgate de aplicações financeiras	4.823,61
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	31,74
<b>Total R\$</b>		<b>325.527,35</b>

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	66.392,55
2.1.2	Encargos Sociais	29.505,21
2.1.3	Seguro de Vida	546,71
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	3.835,25
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	3.236,43
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	642,49
<b>Total R\$</b>		<b>104.708,64</b>

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.950,50
2.2.2	Despesas com Correios	3.345,70
2.2.3	Energia Elétrica	3.098,65
2.2.4	Honorários Advocatórios	8.399,29
2.2.5	Honorários Contábeis	3.500,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	866,15
2.2.7	Serviços Gráficos	26.613,20
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.123,38
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.416,70
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	2.907,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.505,38
2.2.13	Serviços de Informática	1.500,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	1.360,00
2.2.15	Água e Esgoto	482,80
<b>Total R\$</b>		<b>61.382,57</b>

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.367,86
2.3.2	Despesas com Tâxi	571,46
2.3.3	Despesas com Coral	3.460,73
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	372,50
2.3.5	Diárias de Viagens	4.892,30
2.3.6	Tarifas Bancárias	138,36
2.3.7	Lanches e Refeições	1.826,89
2.3.8	Quintart	11.045,64
2.3.9	Patrocínios e Doações	3.705,37
2.3.10	Manutenção de Veículos	3.526,90
2.3.11	Festas /Reuniões	4.273,72
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	2.008,73
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.498,76
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	4.487,73
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.338,70
2.3.17	Material de expediente	1.036,55
2.3.18	Outras despesas diversas	7.731,70
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.462,72
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.477,16
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.189,74
2.3.23	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.24	Cópias e autenticações	331,70
2.3.25	Sabadart/Festa de Final de Ano Jataí	234,93
2.3.26	Despesas com Eleições	826,60
2.3.27	Despesas com Manifestações	3.750,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	424,30
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	2.100,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>72.081,05</b>

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	1.674,69
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	381,17
<b>Total R\$</b>		<b>2.055,86</b>

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	26.602,72
<b>Total R\$</b>		<b>26.602,72</b>

**Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$** 266.830,84

**3 Resultado do exercício 04.2017 (1-2)** 58.696,51

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	2.386,12
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>2.386,12</b>

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

**Total Geral dos Investimentos R\$** 2.386,12

**5 Resultado Geral do exercício 04.2017 (3-4)** 56.310,39

## Maio de 2017

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	305.350,04
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	2.775,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.774,88
1.4	Receitas Financeiras	10.399,49
1.5	Outras Receitas	5.748,39
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	30,44
<b>Total R\$</b>		<b>326.017,36</b>

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	68.401,33
2.1.2	Encargos Sociais	39.123,02
2.1.3	Seguro de Vida	565,49
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.479,66
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	15.680,73
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	715,60
<b>Total R\$</b>		<b>126.515,83</b>

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.950,58
2.2.2	Despesas com Correios	3.636,57
2.2.3	Energia Elétrica	3.681,31
2.2.4	Honorários Advocatórios	11.331,57
2.2.5	Honorários Contábeis	3.500,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	10.220,88
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.123,38
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.629,04
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	2.907,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.911,80
2.2.13	Serviços de Informática	1.500,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	550,00
2.2.15	Água e Esgoto	564,50
<b>Total R\$</b>		<b>48.220,45</b>

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.024,19
2.3.2	Despesas com Tâxi	865,64
2.3.3	Despesas com Coral	5.686,80
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	1.535,61
2.3.5	Diárias de Viagens	13.787,00
2.3.6	Tarifas Bancárias	190,02
2.3.7	Lanches e Refeições	3.297,59
2.3.8	Quintart	14.441,52
2.3.9	Patrocínios e Doações	21.172,87
2.3.10	Manutenção de Veículos	1.274,11
2.3.11	Festas /Reuniões	651,54
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	156,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.369,26
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	7.002,72
2.3.16	Hospedagens Hotéis	576,00
2.3.17	Material de expediente	937,85
2.3.18	Outras despesas diversas	3.239,05
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.442,25
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.927,37
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.841,91
2.3.23	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.24	Cópias e autenticações	235,97
2.3.25	Sabadart/Festa de Final de Ano Jataí	4.272,31
2.3.26	Despesas com Eleições	21.652,23
2.3.27	Despesas com Manifestações	3.500,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	388,20
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	2.000,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	508,08
<b>Total R\$</b>		<b>118.976,09</b>

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.385,69
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	588,52
<b>Total R\$</b>		<b>2.974,21</b>

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	26.698,70
<b>Total R\$</b>		<b>26.698,70</b>

**Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$** 323.385,28

**3 Resultado do exercício 05.2017 (1-2)** 2.632,08

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	4.060,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	5.462,20
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>9.522,20</b>

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

**Total Geral dos Investimentos R\$** 9.522,20

**5 Resultado Geral do exercício 05.2017 (3-4)** -6.890,12



19ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

**Flávio Alves da Silva**  
Presidente

**Walmirton Tadeu D' Alessandro**  
Diretor Vice-Presidente  
e de Comunicação

**Veridiana Maria Brianezi D. de Moura**  
Diretora Secretária

**Daniel Christino**  
Diretor de Promoções Sociais,  
Culturais e Científicas

**João Batista de Deus**  
Diretor Administrativo

**Geovana Reis**  
Diretora de Assuntos Educacionais, de  
Carreira e do Magistério Superior

**Thyago Carvalho Marques**  
Diretor Financeiro

**Ana Christina de Andrade Kratz**  
Diretora de Convênios e de  
Assuntos Jurídicos

**Abraão Garcia Gomes**  
Diretor de Assuntos de  
Aposentadoria e Pensão

**Luis Antônio Serrão Contim**  
Diretor para Assuntos  
Interinstitucionais Pensionistas

# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO  
DOS DOCENTES DAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 40  
julho/agosto de 2017

Prof. Juarez Ferraz de Maia  
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira  
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636/GO)  
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228)  
Edição e reportagem

Fábio Alves (JP 3403)  
Reportagem

Ariel Franco, Stefanny Alves,  
Márcia Oliveira e Charles Adryel  
(Estagiários)

Bruno Cabral  
Diagramação

Tiragem  
3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

[jornaldoprofessoradufg@gmail.com](mailto:jornaldoprofessoradufg@gmail.com)

9ª Avenida, 193, Leste Vila  
Nova - Goiânia - Goiás  
(62) 3202-1280



Marília de Goyaz\*

## Cursos superiores a distância no Brasil: para onde vamos com o Decreto MEC 9057/2017?

A Educação a Distância (EaD) ofertada pelas instituições públicas de ensino superior tem promovido transformações no processo de ensino e aprendizagem. Professores e alunos envolvidos nessa modalidade de ensino estão rompendo fronteiras em relação ao uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação, melhorando a interatividade nesse processo e valorizando o trabalho colaborativo.

Além disso, há o reconhecimento de que a educação pode se realizar em lugares e tempos diversos e ser construída coletivamente, em rede, com o uso da internet. Esse movimento, associado ao compromisso social das universidades públicas, possibilita a democratização de um ensino de qualidade, no mesmo padrão de excelência dos cursos presenciais já consolidados.

No entanto, mesmo nas instituições públicas, deparamos com a desconfiança e com a resistência de um grande número de professores em relação a essa modalidade de ensino. Percebemos que, na maioria das vezes, isso ocorre em consequência da grande oferta na rede privada de ensino sem o mesmo rigor dos cursos ofertados pelas instituições. Assim, muitas pessoas imaginam que todos os cursos a distância são realizados de forma precária e fácil, em um nível inferior aos cursos presenciais.

Essa cultura de EaD está sendo transformada na medida em que os resultados obtidos pelos cursos a distância das universidades públicas são divulgados e reconhecidos. A educação em rede tende a crescer cada vez mais em números e em qualidade.

O diferencial em relação à qualidade dos cursos está no compromisso das instituições que os ofertam. Com a expansão do ensino a distância, a regulamentação torna-se um instrumento importante para nortear e realizar o acompanhamento, o controle e a avaliação.

A necessidade de alterações na legislação que trata do ensino a distância já estava sendo debatida em diferentes fóruns de educação. O intuito era que as propostas fossem construídas coletivamente, a partir da experiência acumulada pelas IPES nessa modalidade de ensino no Programa UAB-Universidade Aberta do Brasil. O UAB permite o reconhecimento dos avanços conquistados e também a identificação dos problemas.

A Resolução 01/2016 CNE/CES, que institui as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância, define a EaD a partir de uma visão de educação para todos, buscando garantir um padrão de qualidade e amplia a caracterização que era dada a essa modalidade no Decreto 5622/2005.

Essa resolução foi homologada após amplo debate, com audiências públicas e consultas a entidades educacionais e científicas, representando um avanço significativo na regulamentação da Educação a Distância no Ensino Superior.

Na contramão desse processo, as últimas medidas do governo Temer em relação à regulamentação da educação a distância surpreenderam negativamente os especialistas na área. As alterações ocorridas parecem ter sido feitas para favorecer as instituições privadas de ensino, que

já têm o domínio do número de ofertas de cursos a distância, acentuando o risco de comprometer ainda mais a qualidade desses cursos.

Esse conjunto de medidas que altera a regulamentação do ensino a distância, de cima para baixo, teve início com a publicação repentina da Portaria MEC 1.134/2016, que revoga a Portaria MEC 4.059/2011. Ela regulamenta a oferta de até 20% da carga horária total de cursos presenciais com disciplinas a distância. A nova portaria minimiza as exigências, permitindo que as instituições que possuam “pelo menos um curso de graduação reconhecido” possam ofertar disciplinas na modalidade a distância nas graduações presenciais regularmente autorizadas.

Em 25 de maio de 2017 foi publicado o Decreto 9.057, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9394, de dezembro de 1996, que por sua vez estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esse decreto causou um grande alvoroço, recebendo várias críticas de especialistas em educação.

Diante disso, o MEC revogou um trecho bastante polêmico. Ele autorizava a oferta de cursos a distância para os anos finais do Ensino Fundamental especificamente para alunos privados de disciplinas obrigatórias do currículo escolar. O decreto retificado no dia 30/05/2017 foi retificado, alegando incorreção na redação do texto. No entanto, essa não era a única questão preocupante.

Com esse decreto, o MEC facilita a oferta de cursos a distância no país, permitindo que instituições de ensino superior sem credenciamento para cursos presenciais sejam credenciadas para a oferta de EaD, sob o argumento de ampliar a oferta de ensino superior no país para atingir a meta 12 do PNE de elevação da taxa de matrícula.

No dia 26 de junho de 2017 foi publicada no Diário Oficial a Portaria nº 11, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9057/2017. Essa é uma confirmação de medidas que possibilitam a oferta de cursos superiores a distância sem o rigor necessário para garantia da qualidade defendida pelas instituições públicas e pelos especialistas em educação.

Diante do exposto, é preciso refletir sobre quem está sendo beneficiado com essas medidas que atualmente estabelecem as normas para o ensino superior a distância. Elas favorecem o processo de privatização e de precarização do ensino,

tirando do Estado, subliminarmente, a responsabilidade de oferecer ensino superior público e de qualidade referenciada.

Enquanto as instituições públicas de ensino superior estão lutando para manter os seus cursos a distância com qualidade, com recursos minguados, o governo tem criado mecanismos que facilitam a abertura de cursos nessa modalidade nas instituições privadas, reduzindo as exigências para elas.

“ ENQUANTO AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTÃO LUTANDO PARA MANTER OS SEUS CURSOS A DISTÂNCIA COM QUALIDADE (...), O GOVERNO TEM CRIADO MECANISMOS QUE FACILITAM A ABERTURA DE CURSOS NESTA MODALIDADE NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS, REDUZINDO AS EXIGÊNCIAS PARA ELAS ”

\*Marília de Goyaz é professora da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG, vice-diretora do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR/UFG) e coordenadora adjunta da UAB/UFG



**Enes Gonçalves  
Marra\***

## Um olhar sobre a consulta à comunidade da UFG para a reitoria 2018-2021

O Aduf-Sindicato e o Sint-Ifesgo promoveram, em conjunto com o DCE e a Associação de pós-graduandos(as) (APG/UFG), a consulta à comunidade da UFG para escolha dos ocupantes dos cargos da reitoria para o período de 2018 a 2021. O processo da consulta teve início formal em 20 de abril de 2017 com a divulgação do edital que estabeleceu as normas para eleitores aptos a participar e inscrição das chapas candidatas, e foi concluído com a realização da consulta e apuração do resultado no dia 28 de junho de 2017.

As entidades patrocinadoras da consulta nomearam uma comissão encarregada de elaborar e conduzir o processo. A Comissão Organizadora da Consulta (COC) foi criada a exemplo de outras comissões que organizaram para escolha de reitores em IES, como a COC-UnB de 2016 e a COC-Unicamp de março deste ano.

Marcos importantes foram conquistados na consulta realizada na UFG em 2017, entre os quais destaque: a presença de quatro chapas candidatas; a participação da APG pela primeira vez é um indicativo da relevância cada vez maior da pós-graduação na instituição; e, com grande importância, a utilização de um sistema eletrônico de consulta pela internet, o SIGEleição, que já havia sido utilizado em consulta na UFRN em 2014.

A participação, o compromisso e o intenso envolvimento da reitoria da UFG foram essenciais para que as adaptações e a disponibilidade de unidades de apoio aos eleitores garantissem o funcionamento adequado e seguro do sistema, dando legitimidade ao processo. Os aposentados que optassem, os alunos do CEPAE e eleitores que enfrentaram problemas técnicos irreversíveis puderam votar, alternativamente, em cédulas convencionais.

Um importante indicador de validação do SIGEleição foi que o mesmo resultado, em todos os segmentos e com percentuais muito próximos, foram obtidos pelos dois sistemas: internet e urna. Dos 10.811 votantes, 9.661 (89,4%) votaram pela internet e o comparecimento entre os aptos a votar foi de 65,2% entre os professores; 53,2% entre os servidores técnico-administrativos em educação e 19,5% entre os estudantes. Números históricos expressivos.

### Lista tríplice

Embora a consulta tenha sido realizada para a comunidade da UFG, ela não foi organizada pela UFG, em função do modelo proposto que considera a paridade de 1/3 no peso dos votos para cada um dos três segmentos, docente, discente e técnico-administrativo em educação, bem como a participação de servidores docentes e técnicos aposentados. Cabe ao Conselho Universitário o processo de elaboração das duas listas tríplices com os nomes que serão encaminhados ao Ministério da Educação para nomeação dos ocupantes dos cargos de reitor e vice-reitor da universidade, segundo critérios estabelecidos no Decreto Presidencial 1.916 de 1996.

Todavia, os candidatos inscritos na consulta à comunidade assumiram um compromisso moral no sentido de que somente a chapa ven-

cedora na consulta se apresentaria no processo da eleição formal propriamente dita a ser realizado nos Conselhos Superiores da UFG. Esse modelo é uma tradição democrática que vem sendo seguida na UFG há 31 anos, desde a eleição do professor Joel Pimentel Ulhôa, em 1986.

Desde o ano de 2009 a UFG passou por dois processos de consulta com candidaturas de chapas únicas. Na consulta realizada esse ano, houve a candidatura de quatro chapas, fato inédito desde que o atual modelo de escolha do reitor foi adotado - em 1986. Esse histórico de candidaturas únicas, somada à atual percepção negativa da sociedade brasileira em relação às representações políticas, trouxe inicialmente certa apatia da comunidade da UFG frente ao processo. A percepção inicial foi de ha-

ver uma descrença em relação à possibilidade efetiva de que sua escolha de reitor pudesse trazer algum efeito aos rumos da instituição.

Nesse sentido, destaco que a inscrição de quatro chapas no processo foi um enorme benefício ao processo. À medida que os debates ocorreram - tanto os organizados pela COC quanto pela comunidade - a dialógica das ideias foi despertando a noção de haver problemas latentes e não trazidos à tona e que diversos olhares, percepções e abordagens são possíveis e podem levar à síntese de novas soluções. Classifico a consulta, antes de qualquer coisa, como um processo de autoconhecimento da comunidade da UFG que se aprofundou ao longo da campanha.

Tive a honra de acompanhar atentamente a todos os debates e aprendi muito sobre a UFG e suas pessoas. Para mim, ficou claro que há a possibilidade de adotar novos procedimentos de gestão na forma de uma rede que aproveite melhor os recursos humanos; a necessidade de humanizar nossos espaços e de provocar a comunidade para que se aproprie da UFG como espaço social de vivência, crescimento, discussão e produção de saber; a importância de ouvir um discurso provo-

cativo que questione o lugar comum de fazer as coisas e que valorize a cultura regional como componente da instituição.

Ao final, ficou claro que a comunidade valoriza suas experiências passadas e casos de sucesso ao tomar uma decisão. A comunidade pareceu fiadora de uma continuidade, consciente ou inconscientemente, ao ponderar os riscos de mudanças mais ousadas em um cenário de tantas incertezas políticas na sociedade brasileira. A chapa vencedora foi lançada ao desafio de gerir a UFG em um ambiente de grandes ameaças e intensa cobrança social e governamental.

Quero expressar meu agradecimento aos professores Romualdo, Leandro, Reginaldo, Neucírio, Luiz Mello e José Alexandre pelo aprendizado que nos propiciaram, por abrir mão de outros projetos para compartilhar seus esforços pessoais a bem da comunidade. Quero, também, desejar uma gestão profícua e de grande êxito aos futuros reitor e vice-reitora da UFG, professor Edward e professora Sandramara, pois do seu êxito dependemos todos nós.

*\*Enes Marra é professor da EMC e presidiu a Comissão Organizadora da Consulta (COC) da UFG nas eleições de 2017*

“ CLASSIFICO A CONSULTA, ANTES DE QUALQUER COISA, COMO UM PROCESSO DE AUTOCONHECIMENTO DA COMUNIDADE DA UFG QUE SE APROFUNDOU AO LONGO DA CAMPANHA ”

# RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

## VITÓRIA DO GOVERNO TEMER

Mesmo apertado por denúncias de corrupção, o governo Temer conseguiu a aprovação da Reforma Trabalhista pelo Senado. As mudanças prejudicam os trabalhadores e enfraquecem as entidades que lutam pelos direitos trabalhistas. A reforma permite que gestantes trabalhem em locais insalubres. Parcelamento das férias, flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo de almoço, plano de cargos e salários e banco de horas agora devem ser negociados entre empresa e trabalhadores.

*Prova de anatomia no ICB: alunos têm poucos segundos para analisar peças e trocar de bancada*



### Primeira diretora da FD

A ex-diretora do Adufg Sindicato, professora Bartira Macedo, foi a primeira eleita para ocupar a direção da FD. As eleições ocorreram em 21 de junho e a chapa vencedora recebeu 201 votos.

### Bart rainha

A eleição da FD teve chapa única e o professor Saulo de Oliveira foi o candidato a vice-diretor. A gestão começa em agosto e tem duração de quatro anos. Um dos slogans da campanha foi “Bart rainha”.

### Agrotóxico alcoólico

“Menos amor, mais Glifosato” é a frase estampada em camisetas dos estudantes da EA. Em relatório polêmico, a Agência Ambiental dos EUA considerou o Glifosato cancerígeno. A OMS, por sua vez, considera a hipótese improvável. Os estudantes afirmam que o nome do agrotóxico é o apelido dado a uma bebida alcoólica popular no curso e não uma apologia ao uso do agrotóxico.

### Césio

A atlética do Curso de Odontologia também não ficou para trás na brincadeira de gosto duvidoso. Usuários das redes sociais também se indignaram com os dizeres da camiseta produzida pelos futuros odontólogos: “Césio&Pequi&UEG&Vamos beber”.

### Reitor animal

O Tupac, cão que concorria à reitoria da UFG, tinha um site para que seus eleitores pudessem votar nele. A sátira da

candidatura do “reitor bom pra cachorro” viralizou nas redes e a campanha foi intensa, com cobertura fotográfica do cãozinho pelos espaços da universidade.

### Saúde coletiva

O Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc) iniciou o mês de julho com novas propostas de ensino, pesquisa e extensão na saúde coletiva. Recentemente, o conselho diretor do Iptsp aprovou a vinculação do Nesc ao instituto. O Nesc é interdisciplinar e coordenado pela professora Edsaura Maria Pereira.

último mês de abril. O Ministério Público Federal em Goiás investigou, indeferiu e arquivou todas as reclamações sobre o caso.

### Erros primários

A FH considera que houve mau uso da imprensa e das redes sociais por parte do jornal. A matéria, publicada em junho, “além de conter mentiras e erros primários, não levou em conta o princípio do direito ao contraditório, ao sequer procurar, ouvir e publicar a posição da Banca Examinadora do referido concurso”, respondeu a FH.

### Do governo

O conselho diretor da FH considerou a reportagem sem fundamentos, que mancha a imagem de instituição. O citado jornal recebe frequentes críticas pelo direcionamento de textos jornalísticos favorecendo interesses do governo estadual, como aconteceu no caso das Organizações Sociais na Educação.

### Mulher Maravilha na UFG

Defendida ano passado, a dissertação de Jaqueline dos Santos Cunha (do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Regional Catalão) analisa a representação feminina nos quadrinhos Mulher Pantera e Mulher Maravilha.

### Para os homens

O estudo, orientado pelo professor Alexander Meireles da Silva, compreende a criação de super-heroínas feministas que serviriam como novos modelos às mulheres a partir dos anos 1940, mas com a ideia de promoção do prazer visual do corpo feminino especialmente para leitores homens.



*Professor Jaci Fernandes Sobrinho, aposentado da EMC, e Islane Ribeiro Feitoza, são reconhecidos pelas performances em diferentes eventos organizados pelo sindicato. As fotos foram feitas em 2003, na mansão Jaó, e em 2017, na sede do Adufg*

### Fraude rebatida

A Faculdade de História repudiou reportagem do Jornal Opção em denúncia de fraude no concurso para professor(a) da área de História Moderna e Contemporânea, no

# Sede Campestre será transformada em reserva

A área pode servir para pesquisas da universidade e visitação de escolas

A área da Sede Campestre do Adufg Sindicato será transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). A decisão foi aprovada em assembleia no dia 19 de junho e garante a preservação permanente da natureza. A chácara fica na região do Morro Feio, em Hidrolândia.

De acordo com o advogado Marcelo de Castro Dias, que está à frente do processo, para que a transformação seja efetivada juridicamente, a Procuradoria do Estado de Goiás deve dar um parecer favorável. Mas a resposta final é dada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima).

O professor Antônio César Oliveira foi diretor financeiro do Adufg Sindicato entre 2009 e 2014 e um dos idealizadores da proposta de converter a sede em reserva. O processo teve início na gestão 2011-2014, quando foram plantadas mais de duas mil mudas na área, em parceria com a Escola de Agronomia.

## Conservação e consciência

Atualmente, o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do mundo em termos de desmatamento e perda de área, explica o professor Daniel Brito do ICB. Por isso, toda iniciativa para preservá-lo é importante para salvaguardar a biodiversidade.

“A criação da reserva auxilia na conservação do solo e de lençóis freáticos. Áreas de preservação, mesmo que pequenas, são essenciais. Elas servem como ponto de descanso para animais nativos de grande porte que se deslocam pela região e até como habitat para animais menores”, explica o professor do ICB.

A professora Edna Goya, que integra o grupo responsável por fazer o plano de manejo da área, comenta que o espaço é um santuário, rico em flora e fauna, habitado por animais como seriemas, pacas, veados, cotias, macacos, lagartos, pássaros e outros.

“A área verde vai ser aberta à comunidade e poderá receber visitas de escolas e universidades. Serão organizadas trilhas e as árvores vão ser catalogadas. Também vamos elaborar um regimento que regulamente as visitas para evitar depredações como incêndios e caça aos animais”, afirma Edna.

“Áreas de preservação, mesmo que pequenas, são essenciais. Elas servem como ponto de descanso para animais nativos de grande porte que se deslocam pela região e até de habitat para animais menores”

**Professor Daniel Brito**  
(ICB)

Fotos: Charles Adryel





Fotos: Charles Adryel, Fábio Alves e Daniel Franco

# 19ª diretoria do Adufg é empossada

## A realidade política do país é uma das preocupações da nova gestão

Apesar do momento de festividade que marcou o evento de posse da 19ª diretoria do Adufg Sindicato, a evidente preocupação com a crise política pela qual o país tem passado e como ela tem afetado a classe trabalhadora permearam os discursos da mesa diretiva. As atividades da nova diretoria tiveram início na cerimônia oficial, que ocorreu no dia 29 junho no espaço de eventos Maison Florency, em Goiânia.

“Ainda tenho esperanças de que a nossa democracia seja mais sólida, plural e representativa. É para isso que lutamos. Essa é uma das razões de existir do nosso sindicato”, afirmou o professor Flávio Alves da Silva. O presidente reeleito também destacou a importância do sindicato na melhoria da qualidade de vida dos professores.

A ampliação e reforma de locais como a Sede Campeste e o Espaço Cultural, de Saúde e Lazer, e o investimento em novos projetos e convênios são pontos fortes da gestão anterior e terão continuidade no mandato 2017-2020.

“O patrimônio imaterial desse sindicato

“ Ainda tenho esperanças de que a nossa democracia seja mais sólida, plural e representativa. É para isso que lutamos. Essa é uma das razões de existir do nosso sindicato ”

**Flávio Alves da Silva,**  
presidente do Adufg

UFG também foram apontadas por Tanezini como desafios a serem enfrentados pela nova gestão. “A nossa universidade tem sofrido bastante. Do ponto de vista financeiro imagino que a 19ª diretoria vai ter uma tarefa árdua”, disse. Segundo ele, uma grande dificuldade será buscar soluções para a falta de segurança nos campus.

e o reconhecimento que ele tem por seus professores fazem do Adufg um dos sindicatos mais importantes da nossa federação”, afirmou o Presidente do Proifes-Federação, professor Eduardo Rolim.

### Desafios

O grupo que assume a diretoria mescla membros novos e integrantes da antiga diretoria. “Eu sempre defendi a renovação, mas é muito difícil conseguir dez professores que queiram atuar como diretores”, ressaltou o ex-presidente (2007-2009) Carlos Alberto Tanezini.

Além do momento de tensão política, questões administrativas da



# Edward Madureira é escolhido

Confirmando a popularidade que carrega desde que exerceu o primeiro mandato, em 2006, o professor Edward Madureira Brasil (EA) foi o escolhido comunidade acadêmica para ocupar a cadeira da reitoria pela terceira vez. Ao seu lado, a professora Sandramara Matias (FE), como vice. Foram 3.623 votos do total de 10.287 computados.

A imagem do professor Edward está ligada ao processo expansivo que a universidade experimentou nos anos de suas gestões. Um dos motivos é o Reuni, que aumentou o repasse de recursos nas universidades brasileiras. Só na UFG foram injetados R\$ 120 milhões. **Números** - Em segundo lugar na votação ficou a Chapa 2, do ex-pró-reitor de Graduação, Luiz Mello (FCS) e o ex-pró-reitor de pós-graduação José Felizola (ICB), com 1.646 votos. Reginaldo Nassar



**Jornal do Professor:** O professor afirmou, em debate, que pretende rever o contrato com a Ebserh. Qual é a sua proposta?

**Edward:** Em vários momentos durante a campanha esse tema surgiu e reafirmei nossa disposição, em primeiro lugar, de buscar junto à empresa o cumprimento integral do contrato assinado com a UFG para gestão do Hospital das Clínicas. A revisão do contrato é um procedimento natural a partir da avaliação dos resultados alcançados com o instrumento.

**JP:** A hipótese de reduzir carga horária de técnicos-administrativos para 6h diárias e a criação de três turnos para atender os estudantes foi levantada durante os debates. Isso é, de fato, viável?

**Edward:** Apresentamos como proposta a regulamentação, a partir de uma resolução do Consuni, do regime de 30 horas na UFG com base no decreto presidencial que faculta a realização dessa jornada. A proposta é elaborar uma resolução a partir de uma comissão representativa da universidade, submetê-la a avaliação da comunidade universitária e depois à aprovação pelo Conselho Universitário.

**JP:** Nas redes sociais e na imprensa a denúncia sobre falta de segu-

rança nos campi é assunto recorrente. Quais medidas você pretende adotar?

**Edward:** A primeira coisa a ser feita é implementar medidas previstas no relatório da comissão que, a pedido do reitor e do Consuni, realizou um amplo diagnóstico da questão de segurança na UFG. Medidas mais simples como a melhoria da iluminação e ações educativas até as que envolvem mais investimentos, como controle eletrônico dos acessos aos espaços da UFG, serão objeto de ações já no início do mandato. Será também criada uma Coordenação de Segurança da Comunidade Universitária vinculada ao Gabinete da Reitoria para tratar com mais agilidade as questões relativas ao tema; e constituído um Conselho Permanente de Segurança com a participação de professores, técnicos, estudantes e comunidade circunvizinha aos campi para subsidiar a Coordenação a que me referi na implantação da política de segurança da UFG.

**JP:** Apesar da grande expansão física da universidade com o Reuni, o prédio da administração não foi ampliado. Existe alguma perspectiva para isso?

**Edward:** A estrutura da UFG cresceu muito nos últimos anos em virtude

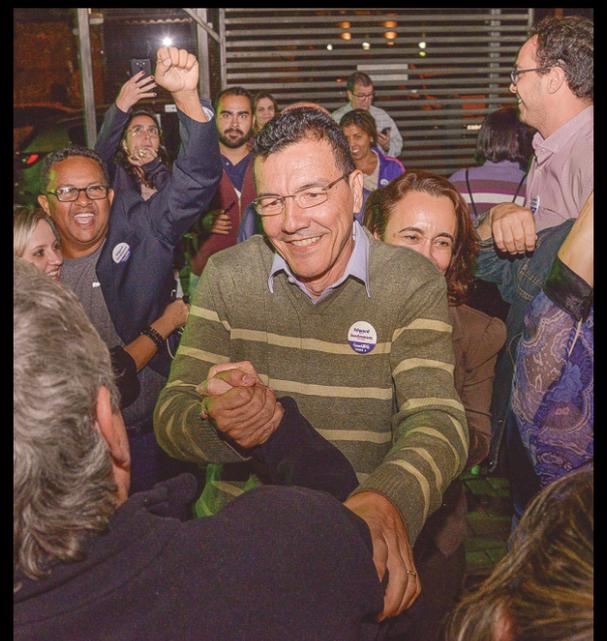
# pela comunidade acadêmica

(ICB) e Neucírio Ricardo (IQ), da Chapa 3, receberam 593 votos. Em último lugar ficou a chapa de Romualdo Pessoa (Iesa) e Leandro Gonçalves (ICB), com 201 votos. A votação ocorreu nos dias 27 e 28 de junho e o processo foi organizado pela Comissão Organizadora da Consulta (COC), formada por representantes do Adufg Sindicato, Sint-Ifesgo, DCE e APG/UFG. A apuração ocorreu na Sede Administrativa do Adufg. Apoiadores e os candidatos de todas as chapas acompanharam o processo, que teve fim às 02h30 da madrugada. O Consuni elege os nomes que compõem a lista tríplice a ser encaminhada para a Presidência da República. A escolha final de reitores e vice-reitores das universidades federais é feita pela própria presidência, de acordo com o Decreto nº 1.916, de 1996. **Confira entrevista com o professor Edward Madureira:**

Fábio Alves



*Apoiadores da chapa 4, professora Sandramara e Edward na comemoração após a apuração dos votos, na sede do sindicato.*



do próprio crescimento da instituição e isso não foi acompanhado pelo aumento da infraestrutura administrativa. Nesse sentido é importante esforços para a ampliação desses espaços. Existem projetos para esse fim e iremos trabalhar para viabilizar os recursos.

**JP: Quais estratégias a universidade precisa adotar para lidar com o momento de crise política e falta de recursos?**

**Edward:** É importante que a universidade discuta os interesses da sociedade e procure contribuir com soluções dessas crises, qualificando o debate e apresentando propostas. Quanto à falta de recursos, faz-se necessária a atuação permanente junto ao governo federal para que ele assuma a sua responsabilidade sobre a educação superior pública brasileira. Toda a expansão pela qual passaram as Ifes passou foi fruto de uma política pública. Procuraremos reforçar o orçamento da UFG com muito trabalho e criatividade e fortaleceremos nossa relação com a sociedade em suas diversas organizações: governos federal, estadual e municipal; poderes legislativo e judiciário; empresas, organizações, movimentos sociais. Somente assim teremos nossa essencialidade ao desenvolvimento do país evidenciada e seremos finalmente objeto de políticas de estado, não apenas de governo.

**JP: Nesse ano, a Unifesp viveu uma situação que não acontecia desde a redemocratização do Brasil. O MEC não aceitou a lista tríplice de candidatos a reitor. Outro caso aconteceu na PGR, quando o candidato mais votado foi preterido pelo presidente. Você acredita que, caso seu nome esteja na lista a ser enviada pelo Consuni, sua ligação com o PT pode influenciar negativamente a escolha do MEC?**

**Edward:** Não, no caso da UFG temos uma tradição institucional de respeito aos resultados da consulta à comunidade universitária pelos membros do Consuni. Quanto à minha vinculação partidária, é de conhecimento de todos que minha trajetória, postura e coerência não me permitem misturar atividade política com o cargo de reitor. A atuação do reitor deve e será sempre suprapartidária e não estarei vinculado a nenhum partido político durante o meu mandato.

**JP: Existe proposta de criação de um órgão para atender às demandas dos aposentados e pensionistas da universidade?**

**Edward:** Será criada no âmbito da futura Pró-reitoria de gestão de pessoas um setor para questões específicas desse público.

*Seminário Nacional sobre Privatização e Mercantilização da Educação no Brasil ocorreu em Brasília*



Fotos: Bárbara Zaiden e Renato Alves/CNTE

# Proifes pesquisa mercantilização da educação

O aumento da participação de empresas privadas na educação brasileira preocupa docentes e pesquisadores

A isenção fiscal concedida pelo governo federal às universidades privadas que aderem ao ProUni (programa de bolsas de estudos para alunos de baixa renda) é um exemplo que marca a mercantilização da educação no Brasil. A informação é da pesquisa realizada pelo diretor de Políticas Educacionais e Relações Internacionais do Proifes – Federação, professor Gil Vicente.

Segundo o Siga Brasil, do Senado Federal, mais de R\$ 30 bilhões são destinados anualmente pelo MEC ao Fies e ao Prou ni. Em grande parte, o dinheiro é aplicado pelas faculdades em títulos da bolsa de valores para gerar rendimentos, ao invés de ser utilizado para o aprimoramento da educação.

O professor Gil argumenta: a quantidade de estudantes nas universidades federais poderia ser ampliada com o mesmo investimento. “Não faz sentido uma política de ampliação do acesso às universidades privadas, que oferecem cursos de baixíssima qualidade e obrigam o pagamento durante vários anos, inclusive após o término do curso. Essa pessoa que gasta tanto poderia receber o ensino gratuitamente, e com melhor qualidade, na rede pública”, questiona.



*Professor Gil Vicente apresentou pesquisa sobre o Fies*

As quatro empresas educacionais brasileiras que possuem capital aberto – que são ações na bolsa de valores – são Kroton, Estácio, Ser e Anima. Entre 2010 e 2014, a receita das quatro juntas passou de R\$ 2 para R\$ 8 bilhões. Isso é resultado das ações para cobrir inadimplências do Fies e facilitar o acesso ao crédito, adotadas pelo governo Dilma entre 2011 e 2016.

Outro problema apontado na análise do professor é a falta de exigência de contrapartidas pelo governo e de fiscalização da qualidade desse ensino ofertado. “O governo poderia ter exigido contrapartidas quando criou o Fies. O poder público tem a obrigação de controlar a ganância do capital, porque senão ele está dando dinheiro a troco de nada”, explica Gil.

A pesquisa do Proifes foi apresentada pelo professor durante o Seminário Nacional sobre Privatização e Mercantilização da Educação no Brasil, que ocorreu em Brasília nos dias 20 e 21

de junho. O evento foi organizado pelo Proifes – Federação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

## Fenômeno internacional

A mercantilização e a militarização da educação são realidade em vários países da América Latina e do mundo. Combertty Rodríguez, representante da Internacional da Educación para América Latina (IE), esteve presente no Seminário. Ele explica que, desde o governo FHC no Brasil e Carlos Menem na Argentina, a educação tem sido voltada para a iniciativa privada. O processo de militarização de escolas públicas secundárias, como há em Goiás, também ocorre em Honduras, na América Central.

Combertty ainda afirma que os empresários nacionais e transnacionais da educação estão com as condições mais propícias para continuar promovendo estratégias de privatização. “Eles encontraram o melhor momento político para fazerem negócio, inclusive utilizando dinheiro público para lucro privado”, afirma.

# De galpão a centro de cultura

## Espaço de arte contemporânea, exposições e espetáculos foi ocupado por diferentes movimentos artísticos desde os anos 1990

Fotos: Víctor L. Pontes e arquivo CCUFG

Numa das paredes do Centro Cultural da UFG (CCUFG), durante o último mês de maio, um texto da exposição Olhares pra Dança (com gestão artística de Lu Celestino e curadoria de Luciana Ribeiro e Valéria Figueiredo), relembra a importância de um galpão improvisado para os profissionais do teatro, do circo, da dança, da capoeira e da contação de história em Goiânia. “Ali não era só um ponto de encontro, mas também um ponto de estudo”, dizia o texto fixado no concreto.

O inusitado é que o galpão, descrito pelo artista Rodrigo Cruz, é o passado do Centro Cultural. Inaugurado em 2010, após cinco anos de construção, o CCUFG teve a implementação dirigida pelo professor Carlos Sena, da FAV. O espaço, projetado por Fernando Simon, desenvolve hoje “uma política cultural comprometida tanto com a formação de um acervo de obras, quanto com a formação de público para a arte contemporânea, investindo na difusão cultural de exposições, seminários, oficinas, espetáculos e shows”. Essa foi a explicação dada por Carlos Sena em entrevista ao JP, publicada em abril de 2015, um mês antes do falecimento do docente e artista.

### Acessibilidade cultural

Nos anos 1990, o galpão - ainda sem reforma e abrigando parte de uma oficina do Centro de Gestão do Espaço Físico (Cegef) - foi importante local para diversos grupos de arte de Goiânia. A professora aposentada Zita Ferreira foi uma das primeiras a utilizar o espaço, para as aulas de dança de matriz africana.

Valéria Figueiredo (FEFD), uma das criadoras do curso de Dança da UFG, utilizou o galpão ao entrar na universidade como professora, em 1997. “Nessa época o espaço não era profissionalizado. Vários grupos, companhias de dança e de teatro passavam por lá. Eram grupos da própria cidade e a relação com a comunidade era muito bacana”, relembra.

Antes de ser totalmente modificada para se tornar o atual Centro Cultural, o galpão passou por reformas e acolheu importantes companhias de dança. Alguns exemplos são a Quasar, dirigida por Henrique Rodovalho, e o Grupo Solo (que antes homenageava o local com a alcunha de Grupo Galpão), com direção de Luciana Caetano. “O espaço também deu oportunidade para o desenvolvimento de muitos projetos de extensão. Havia projetos especiais voltados para



Exposição Olhares pra Dança contou história de grupos da cidade e teve gestão artística de Lu Celestino e curadoria de Luciana Ribeiro e Valéria Figueiredo



Espaço começou de forma improvisada e foi ocupado por diferentes movimentos artísticos e projetos de extensão apoiados pela UFG

grupos específicos de idosos, mulheres e professores da rede pública de ensino”, conta Valéria Figueiredo.

### Novos tempos, novas dinâmicas

Um dos projetos de extensão que teve atuação de destaque no antigo galpão era o Gwaya - Contadores de História da UFG. “Lá vivia cheio de crianças e adolescentes. Era um galpão mesmo. Tínhamos uma salinha, um ponto de apoio para o grupo. A UFG nos apoiava. Conseguíamos fazer trabalhos em qualquer horário”, analisa a professora Edvânia Braz, atual coordenadora do Gwaya.

Em 2006, o Gwaya e outros projetos artísticos deixaram de ocupar o espaço assim que surgiu o Centro Cultural com uma nova concepção e missão para a universidade e a cidade de Goiânia. Atualmente, as apresentações, os eventos e as exposições que ocorrem no espaço precisam ser inscritas nos editais da Proec - pró-reitoria à qual o CCUFG está vinculado - e passar por uma seleção.



Edição 21 do JP, com entrevista do saudoso professor Carlos Sena, explicando as mudanças e missão do Centro Cultural, em abril de 2015

# UFG é autuada pelo Minis

Vistoria constatou irregularidades nas proteções dos equipa

A UFG foi notificada para corrigir irregularidades encontradas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) na EVZ. A vistoria foi realizada em 26 de junho após denúncia anônima, feita em consequência da morte do estudante Lucas Silva Mariano, de 21 anos.

A universidade teve até o dia 23 de julho para se manifestar sobre o laudo pericial e se adequar às exigências. Até o fechamento da edição, o prazo ainda não havia expirado e a instituição informou que cumpriria às exigências.

Ao todo, foram detectadas nove irregularidades e solicitadas doze medidas de proteção e segurança que envolvem o ambiente de trabalho e o misturador de ração onde o estudante caiu.

## Irregularidades

O MPT aponta que não havia, no local, certificados de treinamentos do operador de máquinas e equipamentos. O funcionário é contratado pela Floart Paisagismo, terceirizada responsável por operar e realizar manutenções e limpeza dos equipamentos. Ele trabalha na EVZ há onze anos e dirigia o trator no momento em que o estudante caiu na máquina, que fica acoplada ao veículo e que mistura rações.

Uma das exigências do laudo diz respeito ao treinamento do tratorista terceirizado. Os demais servidores e trabalhadores envolvidos nas atividades desse espaço também devem receber orientações sobre segurança do trabalho.

Outras seis medidas exigem a utilização de proteção nos equipamentos, incluindo algumas para impedir acesso à parte do misturador onde Lucas caiu. Adequações de espaços; análises das condições psicofisiológicas dos trabalhadores; inspeção rotineira das máquinas pelo funcionário responsável para verificar as condições de segurança; além de manutenção preventiva estão na lista de exigências do MPT.

O laudo ainda determina a elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), com medidas de proteção coletiva e o fornecimento de equipamentos de proteção individual adequados.

## Outros casos

Atualmente, a equipe de assessoria jurídica do Adufg Sindicato possui cinco ações abertas por professores contra a UFG sobre insalubridade do ambiente de trabalho. As principais acusações são os danos devido à manipulação de produtos e equipamentos de laboratórios.

Em 2016, houve uma redução no percentual de gratificação por risco de trabalho dos docentes, que passou de 20% para 10%. Existe, ainda, uma aposentadoria especial para os professores que lidam produtos químicos e materiais perigosos.



Área da Fazenda-escola da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ)

Fotos que compõem o laudo de vistoria do Ministério Público do Trabalho



# tério Público do Trabalho

mentos da EVZ e a universidade teve 20 dias para se adequar

Fábio Alves



“Se os EPIs e as condições de trabalho oferecidos pela universidade fossem suficientes, não haveria a obrigatoriedade do pagamento de adicional de indenização. Além disso, a aposentadoria não compensa todos os danos sofridos ao longo de 20, 30 anos de trabalho em um laboratório”, explica o advogado do Adufg, Hugo Escher.

O Sint-Ifesgo informou que, apesar do alto número de reclamações sobre a falta de segurança no ambiente de trabalho, atualmente o sindicato não possui nenhuma ação judicial contra a universidade em nome de técnico-administrativos.

No arquivo do MPT ainda constam outros oito processos com temáticas semelhantes que já foram abertos contra a universidade.

## Investigações

Até o fechamento dessa edição, a Superintendência Técnico-Científica de Goiás (SPTC-GO) não havia concluído a perícia da morte de Lucas, que é investigada pelo 26º Departamento de Polícia de Goiânia.

O delegado Cláudio Antônio Domingues da Silva, responsável pelo caso, informou ao JP que os pais de Lucas já foram ouvidos em depoimento e as testemunhas também serão ouvidas. Para que as investigações tenham continuidade é necessário o laudo da SPTC.

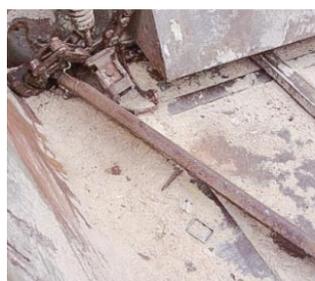
A universidade se manifestou sobre o caso apenas por meio de notas oficiais. O reitor, professor Orlando Valle do Amaral, não concedeu entrevista ao JP. A instituição informa que o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) é responsável pelas ações de segurança do trabalho para técnicos, docentes, funcionários terceirizados e estudantes.

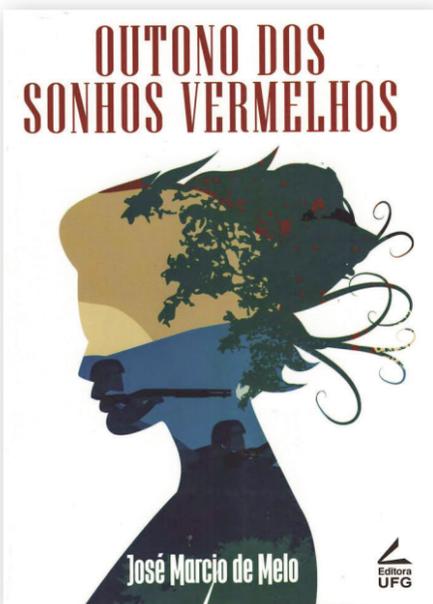
Entre as ações do Siass estão “a definição de fluxograma para cada caso de acidente de trabalho, bem como o encaminhamento, se houver acidente”. Além disso, estão sendo criadas Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (CISSP), responsáveis por mapear riscos e realizar a capacitação de servidores, terceirizados e estudantes.

## Comoção

A EVZ está em estado de luto desde a morte do estudante. O clima é de tristeza e pesar. Professores contam que o assunto tem comovido estudantes, técnicos e docentes da Escola. O JP entrou em contato com o diretor da unidade, professor Marcos Café, que não quis se pronunciar. Ele explicou que, em respeito à família, amigos e colegas de Lucas, prefere não dar entrevistas, pois o assunto é extremamente delicado e esse é um momento de comoção e luto. A Ascom da UFG tem orientado os professores e técnicos da EVZ a não se manifestarem sobre o tema.

MPT





## Realidade que inspira

Numa mistura de ficção e realidade, José Marcio de Melo retrata a tensão entre fazendeiros latifundiários e pequenos agricultores sem terra dos povoados de Trombas de Formoso, na região norte de Goiás. Os personagens de Outono dos Sonhos Vermelhos são inspirados em pessoas reais, como José Porfírio, líder camponês preso durante o Golpe Militar de 1964 e desaparecido desde então. A obra retrata a luta de resistência enfrentada pelos posseiros durante o período de luta contra os grileiros.

**Outono dos Sonhos Vermelhos** / José Marcio de Melo / Editora UFG/352 páginas

### Ontem e amanhã na universidade em discurso direto

**José Tavares, Iria Brzezinski, Isabel Alarcão, Pedro Dem** / Editora UFG / 136 páginas

O livro é baseado em quatro experiências de vidas acadêmica, profissional e pessoal. Os personagens portugueses e brasileiros expõem as diferenças culturais apesar do idioma semelhante.



### Uma casa, o tempo

**Marcelo Ferraz de Paula** / Editora UFG / 216 páginas

A obra composta por 29 capítulos é ganhadora do Concurso Literário – Coleção Vertentes 2015 na categoria de romance.

### Conversas com escritores brasileiros

**Arnaldo Saraiva** / Editora da Imprensa Universitária / 106 páginas

O autor relata suas experiências em conversas com grandes nomes da literatura brasileira como Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa e João Cabral.



### O Direito Natural e a Justiça Quântica

**Emídio Silva Falcão Brasileiro** / Editora UFG / 324 páginas

Resultado de tese de doutorado defendida na Universidade Autônoma de Lisboa, a obra busca responder questões sobre os fatores que levam o indivíduo a agir de determinadas formas.

### Seis modos de ver a cidade

**Tadeu Alencar Arrais** / Editora Cãnone Editorial/ 174 páginas

Sob diferentes perspectivas, o autor explora o modo como a cidade é vista num contexto voltado para estudiosos de questões urbanas e, em especial, para professores das áreas de ciências humanas.



### Direitos Humanos das Mulheres: Múltiplos Olhares

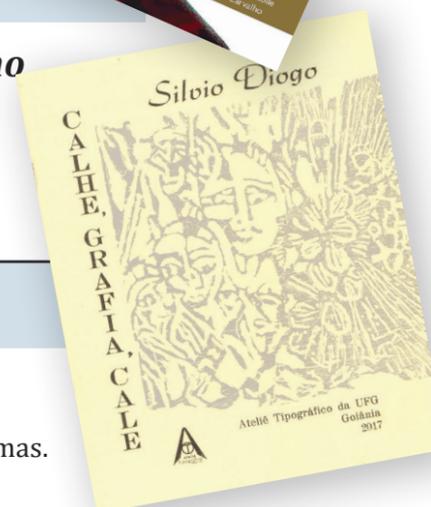
**Silvana Beline Tavares, Patrícia Basílio Teles Stabile, Maria Meire de Carvalho**  
Editora UFG/ 428 páginas

O livro foi elaborado a partir de reflexões resultantes de atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão na Regional Goiás da UFG, com importantes aspectos teóricos e metodológicos.

### Calhe, Grafia, Cale

**Sílvio Diogo** / Ateliê Tipográfico da UFG/ 28 páginas

O autor utiliza suas visões e experiências cotidianas na construção de uma obra tipográfica que reúne 20 poemas.





# Clima junino na Sede Campeste

Com o intuito de preservar as tradições culturais das festas juninas, o Sabadart de junho teve comidas típicas, dança de quadrilha e forró pé de serra. Familiares e amigos de 400 professores estiveram reunidos na Sede

Campeste. As rodas de conversa, divertidas como sempre, também tinham temas sérios como as eleições da universidade, o final do primeiro semestre e as perspectivas políticas para o Brasil nos próximos anos.

Fotos: Charles Adryel e Fábio Alves



“Esse momento é fantástico. Fazemos novas amizades nesse espaço com essa natureza maravilhosa. Nos entrosamos e curtimos a vida”  
**Marcolina Garcia (FIC)**

“Festa junina é a melhor que existe. Sou baiano, trago isso desde a minha infância”  
**Romualdo Pessoa (Iesa)**

“Esse momento tem tudo a ver com alegria e comemoração. É o momento de calibrar os pneus e nos prepararmos aglutinando pessoas e compartilhando ideias”  
**Abraão Garcia Gomes (IPTESP)**



Urildo e a esposa Dalva, rodeados pelos quadros na casa em que moram há 43 anos

## Urildo, o subversivo

Foto: Fábio Alves

Professor aposentado carregou rótulo e foi impedido pelo regime militar de assumir cadeira na UFG durante duas décadas

Foram 21 anos sem poder tomar posse do cargo de professor da UFG. Urildo de Alcântara Campos, 83, carregou por décadas o rótulo de subversivo. Chegou a ser preso durante o governo militar. Ao relembrar o passado, os nomes de perseguidores e algumas passagens reveladoras surgem e logo são censurados.

“Ele é língua solta. Não coloquem nada comprometedor nessa entrevista”, avisa Dalva Elisa, esposa do professor há 49 anos. A bronca em tom de brincadeira é resquício do passado violento e perturbador da ditadura militar.

### Perseguições infundadas

Formado na terceira turma de Engenharia Civil na antiga a Escola de Engenharia do Brasil Central, Urildo participou ativamente dos primeiros anos da UFG. Ainda estudante, deu aulas para outras turmas do curso. Com ideias progressistas e pensando em condições melhores para a academia, foi um dos prejudicados pelos delatores do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) em Goiás.

“Tínhamos uma luta dentro da universidade. Não éramos favoráveis a alguns professores que queriam apenas tomar proveito dos cargos. Estávamos lutando pelo avanço da universidade e da política estudantil”, revive.

A época não era favorável. O

### Da senzala ao setor aeroporto

O sobrenome Alcântara, do professor Urildo, vem dos antepassados escravos. “Minha mãe era neta de escravo. Esse nome vem da senzala. É a primeira e forte marca política de um registro de nascimento no Brasil”, conta. Nascido no Rio de Janeiro, o engenheiro andou pelo país para trabalhar e estudar.

Morou em São Paulo, Minas Gerais e até dividiu casa estudantil com um futuro vice-presidente do Brasil, Aureliano Chaves, antes de vir para Goiás. Num dos vestibulares que prestou para Engenharia, se enrolou com a tinta para os desenhos, manchou a prova e foi reprovado. Quando foi aprovado em Goiânia, em 1957, tratou de trazer junto a moça por quem até hoje é apaixonado: Dalva Elisa, então pianista e professora. O problema é que Dalva é dois anos

e meio mais velha que ele, um tabu para época. “A Dalva não queria, dizia que era errado. Mas eu convenci ela a casar na lábia”, o professor se diverte ao lembrar.

Casados, tiveram o primeiro dos três filhos antes mesmo de Urildo terminar o segundo ano da graduação. Entre um bisneto, seis netos e três filhos, há apenas uma mulher, a neta Marina. A casa em que moram há 43 anos, no Setor Aeroporto em Goiânia, é um ambiente inspirador.

Projetada por Urildo, possui um conceito moderno, define o professor. O ambiente é repleto de quadros de vários artistas brasileiros, fruto da atividade a que Dalva passou a se dedicar após deixar de lado o piano. Na parte externa há um quarto lotado com as obras que a *marchand* comercializa para seus clientes.

golpe de 1964 disseminou grupos e comitês de delação. “Foi uma verdadeira caça às bruxas em todo o estado”, aponta. Professores como Gabriel Roriz (então diretor da Escola de Engenharia), Marcelo da Cunha

Moraes e Elder Rocha Lima foram afastados em 1965.

Willie Alfredo Maurer veio da Mackenzie para a UFG para consolidar o novo Instituto de Matemática e Física (IMF). Em documento

enviado ao reitor temporário José Martins D’Alvarez, Maurer revela os bastidores da perseguição dentro da universidade, principalmente na área de Engenharia, em 1965.

### Volta à academia

Urildo foi vetado dos concursos da Escola de Engenharia. Decidiu pleitear cadeira no antigo Instituto de Artes. Aprovado em primeiro lugar, não pôde tomar posse e teve os direitos políticos cassados em 1968. Mas isso não o impediu de retornar à universidade como estudante e fazer outra graduação. Em 1970 ele começou a estudar Engenharia Elétrica.

Já casado e com a família crescendo, o engenheiro - que anos antes trabalhou como leitor de relógios de energia, correndo de cachorros no meio do mato alto que tomava boa parte das ruas de Goiânia - trabalhou em obras para o Estado de Goiás e até fundou a própria empresa.

O retorno à UFG aconteceu em 1986, com a Lei da Anistia. Deu aulas por um ano no Instituto de Artes até ser transferido para a Escola de Engenharia e ali se aposentou, em 1991. Mesmo sem ter envolvimento com grupos de ação direta dos tempos de resistência, ou sequer militado nos anos de chumbo, a história de vida do professor Urildo mostra com ele pagou o preço por se posicionar a favor de melhorias na universidade e no país.